

**MP-SP**

Ministério Público do  
Estado de São Paulo

Praticando 500  
Questões Gabaritadas



CÓD: SL-074DZ-22  
7908433230779

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminú, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

Ao escrever “tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias”, o autor do texto quer mostrar que o adjetivo “preciosos” se refere a

- (A) pedras, somente.
- (B) metais, somente.
- (C) tecidos, pedras e metais, somente.
- (D) pedras e metais, somente.
- (E) tecidos, pedras, metais e especiarias.

5. FGV - ASSCE (TCE-TO)/TCE TO/“SEM ÁREA”/2022

Assunto: Adjetivo

“Estaremos caminhando para uma vida sem limites?”; a locução “sem limites” equivale ao adjetivo “ilimitada”.

A locução abaixo que corresponde semanticamente ao adjetivo dado, é:

- (A) comida sem sabor / comida insossa;
- (B) guerra sem trégua / guerra interrompida;
- (C) porta sem chave / porta aberta;
- (D) pessoa sem audição / pessoa deficiente;
- (E) carne sem sal / carne insípida.

6. FGV - CONS TE (SEFAZ ES)/SEFAZ ES/CIÊNCIAS ECONÔMICAS/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Uma frase do Eclesiastes 8, 3 diz:

“Não discutas com um falador, não amontoes lenha ao fogo.”

Se passássemos essa frase para a forma afirmativa, as formas verbais adequadas seriam

- (A) discuta / amontoe.
- (B) discute / amontoa.
- (C) discutes / amontoas.
- (D) discute / amontoe.
- (E) discuta / amontoa.

7. FGV - AAFE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Assinale a opção que apresenta a frase em que o gerúndio está bem empregado.

- (A) O policial viu o assaltante correndo pela ponte.
- (B) O professor entrou em sala abrindo o livro de chamada.
- (C) O turista saiu do museu sorrindo.
- (D) Tirou o dinheiro do bolso, comprando o livro a seguir.
- (E) Pensou um pouco sobre o assunto, decidindo fugir.

8. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/LETRAS/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Todas as frases iniciais abaixo sofreram modificações; aquela opção em que a modificação transformou a frase para a forma impessoal, é:

- (A) Comprei aquele carro ontem / Aquele carro foi comprado por mim ontem;
- (B) Não aceitamos esse julgamento parcial / Esse julgamento parcial, não o aceitamos;
- (C) Queremos transformar o mundo / Queremos a transformação do mundo;
- (D) Não desejamos nada alheio / Não se deseja nada alheio;
- (E) Não aprecio este tipo de música / Detesto este tipo de música.

9. FGV - TL (SEN)/SEN/POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Em todas as frases a seguir, a forma verbal destacada está relacionada à ação de cair.

Assinale a opção que indica a frase em que a seleção do verbo está **corretamente** feita.

- (A) A tarde tombou de súbito e a noite se aproximou rapidamente.
- (B) O palanque, pelo peso excessivo, desmoronou.
- (C) A pedra despencou do alto do morro sobre o povoado.
- (D) Por causa das chuvas, o muro demoliu sobre o asfalto.
- (E) Tropecei na cadeira da sala e precipitei-me no sofá.

10. FGV - INV POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Conjunção

Texto 5

“Um investigador de crimes cibernéticos é um agente da lei especializado na avaliação de casos envolvendo crimes de computador. Esse pessoal pode trabalhar para agências policiais e empresas privadas e também pode ser conhecido como técnico em computação forense. O tra-

balho nesse campo requer treinamento em tecnologia da informação e aplicação da lei, para que as pessoas tenham as ferramentas para localizar evidências, bem como as habilidades para protegê-las e garantir que sejam utilizáveis em tribunal.

Quando membros do público denunciam crimes cibernéticos, um investigador de crimes cibernéticos participa da investigação. Isso pode incluir qualquer coisa, desde testar a rede de um banco para determinar como e quando ocorreu um vazamento de dados até avaliar um computador individual que pode ter sido usado em um crime. Os investigadores de crimes cibernéticos podem recuperar e reconstruir dados se forem danificados ou destruídos, acidental ou intencionalmente. Eles também podem explorar redes de computadores, computadores individuais e discos rígidos para identificar evidências de atividade criminosa”

(Netinbag.com).

“Esse pessoal pode trabalhar para agências policiais e empresas privadas e também pode ser conhecido como técnico em computação forense.”

Nesse segmento do texto, há duas ocorrências do conectivo E com valor de adição; a frase abaixo em que esse mesmo conectivo mostra valor diferente é:

- (A) A crítica é fácil, e a arte é difícil;
- (B) Quando penso que Mozart na minha idade já estava morto, fico mais sério e pensativo;
- (C) Quando viu que tinha ladrão no filme, Maria Antônia, imediata e precavidamente, tirou os brincos das orelhinhas e guardou na bolsa;
- (D) Eu usei o mesmo terno e o mesmo diálogo durante seis anos. Só trocava o título do filme e a mocinha;
- (E) Eu pego as lendas e as transformo em coisas comuns; Mozart pega as coisas comuns e as transforma em lendas.

11. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/AS-SISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Conjunção

“Sabedoria é saber o que fazer; virtude é fazer.”

Esse pensamento é separado em dois segmentos; entre eles, em lugar do ponto e vírgula, poderia estar, de forma adequada, o conectivo

- (A) enquanto.
- (B) portanto.
- (C) embora.
- (D) mas.
- (E) porque.

12. FGV - JL (TJ GO)/TJ GO/2022

Assunto: Conjunção

Texto

Literatura e justiça Clarice Lispector

Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também (por quanto tempo?). Aproveitei a crista da onda, para me pôr em dia com o perdão. Por exemplo, minha tolerância em relação a mim, como pessoa que escreve, é perdoar eu não saber como me aproximar de um modo “literário” (isto é, transformado na veemência da arte) da “coisa social”. Desde que me conheço o fato social teve em mim importância maior que qualquer outro: em Recife os mocambos foram a primeira verdade para mim. Muito antes de sentir “arte”, senti a beleza profunda da luta. Mas é que tenho um modo simplório de me aproximar do fato social: eu queria “fazer” alguma coisa, como se escrever não fosse fazer. O que não consigo é usar escrever para isso, ainda que a incapacidade me doa e me humilhe. O problema de justiça é em mim um sentimento tão óbvio e tão básico que não consigo me surpreender com ele – e, sem me surpreender, não consigo escrever. E também porque para mim escrever é procurar. O sentimento de justiça nunca foi procura em mim, nunca chegou a ser descoberta, e o que me espanta é que ele não seja igualmente óbvio em todos. Tenho consciência de estar simplificando primariamente o problema. Mas, por tolerância hoje para comigo, não estou me envergonhando totalmente de não contribuir para algo humano e social por meio do escrever. É que não se trata de querer, é questão de não poder. Do que me envergonho, sim, é de não “fazer”, de não contribuir com ações. (Se bem que a luta pela justiça leva à política, e eu ignorantemente me perderia nos meandros dela.) Disso me envergonharei sempre. E nem sequer pretendo me penitenciar. Não quero, por meios indiretos e escusos, conseguir de mim a minha absolvição. Disso quero continuar envergonhada. Mas, de escrever o que escrevo, não me envergonho: sinto que, se eu me envergonhasse, estaria pecando por orgulho.

“Mas é que tenho um modo simplório de me aproximar do fato social: eu queria ‘fazer’ alguma coisa, como se escrever não fosse fazer. O que não consigo é usar escrever para isso, ainda que a incapacidade me doa e me humilhe. O problema de justiça é em mim um sentimento tão óbvio e tão básico que não consigo me surpreender com ele – e, sem me surpreender, não consigo escrever.”

Nesse segmento do texto foram sublinhados cinco conectores; o conector cujo significado está corretamente indicado, é:

- (A) mas / conclusão;
- (B) como / meio ou instrumento;
- (C) para / direção;
- (D) ainda que / adversidade;
- (E) que / consequência.

6. FGV - AG TE (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença Considere o conjunto de números naturais  $C = \{1, 2, 3, \dots, n\}$  onde  $n > 6$ .

O conjunto A é formado pelos elementos de C que são múltiplos de 2 e o conjunto B é formado pelos elementos de C que são múltiplos de 3.

Sabe-se que o número de elementos de C que não está nem em A e nem em B é o dobro do número de elementos de C que está simultaneamente em A e em B. O menor valor possível de n é

- (A) 18.
- (B) 24.
- (C) 30.
- (D) 36.
- (E) 48.

7. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/MÉDICO ANESTESIOLOGISTA/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

O sistema de grupos sanguíneos ABO, classifica os tipos sanguíneos pela presença ou ausência dos antígenos A e B. Assim:

- tipo A: tem unicamente a presença do antígeno A;
- tipo B: tem unicamente a presença do antígeno B;
- tipo AB: tem a presença simultânea dos dois antígenos;
- tipo O: não tem a presença de qualquer dos dois antígenos.

O sistema de grupos sanguíneos Rh classifica os tipos sanguíneos pela presença ou ausência do fator Rh. Assim:

- Rh+ (positivo): tem a presença do fator Rh;
- Rh- (negativo): não tem a presença do fator Rh.

Assim, por exemplo, o grupo sanguíneo identificado por B+ é aquele que tem a presença do antígeno B, ausência do antígeno A e presença do fator Rh. Em um grupo de pessoas constatou-se que:

- 43 têm sangue do tipo O;
- 33 têm a presença do antígeno A e também do fator Rh;
- 7 têm a presença do antígeno B e também do fator Rh;
- 73 têm a presença do fator Rh.

A quantidade de pessoas desse conjunto com grupo sanguíneo do tipo O- (O negativo) é de,

- (A) no mínimo, 7.
- (B) no mínimo, 10.
- (C) no máximo, 3.
- (D) no máximo, 7.
- (E) no máximo, 10.

8. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Uma pesquisa foi feita com 40 funcionários de uma empresa e entre as perguntas havia as que estão abaixo:

- Você tem filhos?
- Você tem animal de estimação?

20 PESSOAS RESPONDERAM SIM PARA A PRIMEIRA PERGUNTA. 15 PESSOAS RESPONDERAM SIM PARA A SEGUNDA PERGUNTA. 11 PESSOAS DEIXARAM AS DUAS PERGUNTAS EM BRANCO.

As instruções da pesquisa estabeleciam que deixar em branco significaria dizer NÃO.

Sendo assim, o número de pessoas que possuem filhos e animais de estimação é igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

9. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ASISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Em um grupo de 50 pessoas, 27 gostam de filmes de suspense e 32 gostam de filmes de terror.

- (A) no máximo 18 delas não gostam de filmes de suspense nem de filmes de terror.
- (B) exatamente 9 delas gostam tanto de filmes de suspense como de filmes de terror.
- (C) exatamente 18 delas só gostam de filmes de suspense.
- (D) exatamente 23 delas só gostam de filmes de terror.
- (E) no mínimo 18 delas gostam tanto de filmes de suspense como de filmes de terror.

10. FGV - AG SG PEN (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Um grupo de 60 estudantes que se formaram juntos no Ensino Médio resolveu formar 2 grupos no WhatsApp: GP1 e GP2.

Sabe-se que dos 60 estudantes, 7 resolveram não participar do GP1 nem do GP2 e que os números de participantes do GP1 e do GP2 são, respetivamente, 41 e 32. O número de estudantes que participam simultaneamente dos dois grupos é

- (A) 7.
- (B) 13.
- (C) 20.
- (D) 23.
- (E) 32.

11. FGV - AG SG PEN (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022  
Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Os conjuntos A, B e C possuem, cada um, 10 elementos e são tais que: A e B possuem elementos em comum, B e C possuem elementos em comum, mas A e C não possuem elementos comuns. Entre os elementos da união dos três conjuntos sabe-se que 8 elementos pertencem apenas ao conjunto A e 5 elementos pertencem apenas ao conjunto C.

O número de elementos que pertencem apenas ao conjunto B é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

12. FGV - TL (SEN)/SEN/POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL/2022

Assunto: Número de elementos da união, da intersecção, do complemento e da diferença

Um clube tem 180 associados que participam de suas duas atividades sociais. Há 130 frequentadores da cinemateca, enquanto 92 sócios participam das aulas de dança de salão.

Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) mais de 40 sócios participam das duas atividades.
- (B) menos de 30 sócios participam das duas atividades.
- (C) mais de 55 sócios só vão às aulas de dança.
- (D) menos de 80 sócios só vão à cinemateca.
- (E) menos de 45 sócios só vão às aulas de dança.

13. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Na operação de multiplicação abaixo, cada letra representa um algarismo, letras diferentes representam algarismos diferentes e C não pode ser zero.

$$\begin{array}{r} \text{A5B} \\ \times \quad \text{4} \\ \hline \text{CACB} \end{array}$$

O valor de  $A + B + C$  é igual a

- (A) 13.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 16.
- (E) 17.

14. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

O dobro do sucessor de 13 é a terça parte do antecessor de

- (A) 73.
- (B) 81.
- (C) 83.
- (D) 85.
- (E) 88.

15. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um caminhão leva mercadorias da cidade A para a cidade B, distante 100 km de A. Na ida está carregado e faz, em média, 4 km por litro de combustível e, na volta, está mais leve, e faz 5 km por litro de combustível. O caminhão faz uma viagem de ida e volta pela manhã e outra igual à tarde.

A quantidade de combustível que esse caminhão gasta por dia é de

- (A) 80 litros.
- (B) 90 litros.
- (C) 100 litros.
- (D) 110 litros.
- (E) 120 litros.

16. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/COZINHEIRO FLUVIAL/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A soma do quociente com o resto da divisão do número 886 por 51 é igual a

- (A) 30.
- (B) 32.
- (C) 34.
- (D) 36.
- (E) 38.

17. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A plateia de um teatro é formada por 17 filas paralelas ao palco, cada uma com 18 lugares numerados consecutivamente da esquerda para a direita. As filas são também numeradas consecutivamente, sendo a primeira a mais próxima ao palco.

O lugar número 230 está na fila

- (A) 12.
- (B) 13.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 16.

7. FGV - AO (SSP AM)/SSP AM/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, a utilização da ferramenta administrativa intitulada Defender Firewall volta-se para aspectos referentes

- (A) à segurança do computador.
- (B) ao controle das contas dos usuários.
- (C) ao gerenciamento de memória.
- (D) ao gerenciamento do sistema de arquivos.
- (E) às políticas de backup e recuperação pós falhas.

8. FGV - ALUN OF (PM AM)/PM AM/2022

Assunto: Windows 10

O Windows 10 permite que o usuário navegue por meio de janelas, menus e formulários projetados para encadear e estruturar a lida com o sistema. Contudo, é possível digitar comandos diretamente, sem a necessidade de percorrer diferentes menus e janelas para realizar funções administrativas e/ou solucionar certos tipos de problemas do Windows.

Essas facilidades são acessíveis por meio do

- (A) Agendador de Tarefas.
- (B) Explorador de Arquivos.
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Gerenciador do Computador.
- (E) Prompt de Comando.

9. FGV - SOLD (PM AM)/PM AM/2022

Assunto: Windows 10

Assinale o software que executa funções típicas de um sistema operacional.

- (A) Google Chrome.
- (B) LibreOffice.
- (C) Microsoft Outlook.
- (D) Remote Desktop.
- (E) Windows 10.

10. FGV - ANA (MPE GO)/MPE GO/CONTÁBIL/2022

Assunto: Windows 10

Considere as seguintes afirmativas sobre a lixeira Windows 10.

I. Serve para armazenar e recuperar arquivos removidos.

II. Todos os arquivos da lixeira são removidos definitivamente após trinta dias.

III. A lixeira tem uma capacidade limite de armazenagem que não pode ser alterada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

11. FGV - ASS ADM (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Windows 10

Dado que, numa instalação Windows 10, o arquivo Texto.docx está localizado na pasta C:\Users\WWW\Desktop\XXXX\YYY\ZZZ\TTT\

a conta de usuário à qual esse arquivo está vinculado é

- (A) TTT.
- (B) WWW.
- (C) XXX.
- (D) YYY.
- (E) ZZZ.

12. FGV - ASS INFO (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

- (A) desinstalar aplicativos.
- (B) desligar/suspender o computador.
- (C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.
- (D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.
- (E) instalar aplicativos.

13. FGV - ASS INFO (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Windows 10

No Explorador de Arquivos do Windows 10, há um atalho intitulado Acesso Rápido, onde pastas e/ou arquivos são mapeados para acesso imediato.

São operações válidas de inclusão/exclusão válidas nesse mapeamento, exceto

- (A) exclusão manual de pastas/arquivos.
- (B) inclusão automática das pastas mais utilizadas.
- (C) inclusão automática dos arquivos mais utilizados.
- (D) inclusão manual de pastas/arquivos.
- (E) seleção por tipo na inclusão automática de arquivos.

14. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/MÉDICO ANESTESIOLOGISTA/2022

Assunto: Windows 10

Com relação aos Acessórios do Windows, na versão 10, a Ferramenta de Captura pode ser utilizada para

- (A) copiar imagens em exibição na tela do monitor.
- (B) gravar os passos de operações realizadas no Windows.
- (C) recuperar arquivos danificados.
- (D) recuperar arquivos indevidamente deletados.
- (E) recuperar conteúdos da área de transferência do Windows.

15. FGV - ES (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/MÉDICO ANESTESIOLOGISTA/2022

Assunto: Windows 10

Usando o Windows 10, João selecionou um trecho abrangendo algumas linhas e colunas de uma planilha MS Excel 2010 e copiou a seleção com as teclas Ctrl+C. Em seguida, abriu um novo documento no MS Word e o colocou com as teclas Ctrl+V.

Assinale a opção que mostra o efeito dessas operações no documento Word.

- (A) Criação de uma tabela com o conteúdo do trecho original.
- (B) Criação de vários parágrafos de texto, em sequência, cada um correspondendo a uma linha do trecho original.
- (C) Criação de vários parágrafos de texto, em sequência, cada um correspondendo a uma célula do trecho original.
- (D) O documento Word permaneceu inalterado, sem mensagem de erro.
- (E) Exibição de uma mensagem de erro.

16. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, as configurações de telas, som, notificações, energia estão disponíveis no grupo

- (A) Aplicativos.
- (B) Atualização e segurança.
- (C) Dispositivos.
- (D) Facilidade de acesso.
- (E) Sistema.

17. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ASISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Windows 10

No Explorador de Arquivos do Windows 10, é possível descobrir o número de arquivos e o espaço ocupado por uma pasta.

Para isso, basta clicar sobre a pasta com o botão direito do mouse e, na lista exibida, escolher a opção

- (A) Desempenho.
- (B) Diretório.
- (C) Propriedades.
- (D) Recursos.
- (E) Segurança.

18. FGV - AS (SEMSA MANAUS)/PREF MANAUS/ASISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Windows 10

No Windows, a desconexão de um pen drive deve ser cuidadosa, e a operação de "Remover Hardware e Ejetar Mídia com Segurança" é recomendada, apesar de configurações que possam mitigar riscos de danos.

Assinale a razão desse procedimento.

- (A) Abortar eventuais operações em curso.
- (B) Destruir o pen drive mecanicamente.
- (C) Evitar interromper eventuais operações de escrita em curso.
- (D) Evitar sobrecarga elétrica no pen drive.
- (E) Sinalizar para o Windows a disponibilidade da conexão USB.

19. FGV - APPGG (PREF S ANDRÉ)/PREF SANTO ANDRÉ/2022

Assunto: Windows 10

No Windows 10, João deseja descobrir a capacidade utilizada/disponível de um pen drive.

Assinale o aplicativo que disponibiliza essa informação.

- (A) Assistência Rápida.
- (B) Explorador de Arquivos.
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Informações do Sistema.
- (E) Internet Explorer.

20. FGV - AT (TCE TO)/TCE TO/TECNOLOGIA DA FORMAÇÃO/2022

Assunto: Windows 10

A caixa de execução (run box) intitulada Executar do Windows 10, por meio da qual é possível abrir pastas, documentos, programas e recursos da Internet, pode ser acionada pela combinação das teclas:

- (A) Alt + E;
- (B) Alt + W;
- (C) Ctrl + Alt + Del;
- (D) Esc + Home;
- (E) Windows + R.

21. FGV - AG POL (RN)/PC RN/2021

Assunto: Windows 10

Computadores de mesa e notebooks requerem a instalação de um sistema operacional para funcionar.

Uma função que NÃO faz parte das atribuições de um sistema operacional como o Windows 10 é o gerenciamento de:

- (A) caixas postais de correio eletrônico;
- (B) discos rígidos;
- (C) impressoras e scanners;
- (D) memória;
- (E) tarefas e processos.

22. FGV - AG POL (RN)/PC RN/2021

Assunto: Windows 10

No Windows 10, o Gerenciador de Tarefas permite o monitoramento da utilização de recursos do sistema em termos de utilização e atividade.

A lista que contém apenas recursos monitorados por meio da guia Desempenho é:

(E) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada.

#### 4. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte.

Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como:

- (A) revolucionário;
- (B) concentrado;
- (C) formal;
- (D) difuso;
- (E) material.

#### 5. FGV - AssCE (TCE-TO)/TCE TO/"Sem Área"/2022

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

- (A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;
- (B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;
- (C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;
- (D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;
- (E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

#### 6. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

O perfil de proteção jurídica dos direitos fundamentais já passou e vem passando por momentos de avanços e involuções atrelados aos diferentes paradigmas constitucionais. Formam uma categoria aberta e dinâmica, que se encontra em constante mutação, em razão do Art. 5º, § 2º, da CRFB/88. Nessa perspectiva, em 2017, foi editada a Lei X que regulamentou diversos direitos sociais do rol constante do seu Art. 6º. Com isso, incorporou vários direitos sociais ao patrimônio jurídico do povo. No entanto, em

2019, foi aprovada a Lei Y, que revogou completamente a Lei X, desconstituindo pura e simplesmente o grau de concretização que o legislador democrático já havia dado ao Art. 6º da CRFB/88, sem apresentar nenhum outro instrumento protetivo no seu lugar.

Diante de tal situação e de acordo com o direito constitucional contemporâneo, a Lei Y deve ser considerada

- (A) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da "reserva do possível".
- (B) inconstitucional, pois a revogação total da Lei X, sem apresentação de lei regulamentadora alternativa, viola o princípio da "proibição de retrocesso social".
- (C) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da "reserva do possível", cuja interpretação garante a onipotência do Poder Legislativo na concretização dos direitos sociais.
- (D) constitucional, pois predomina no direito brasileiro o princípio da "proibição do retrocesso social", de modo que os direitos sociais não têm imperatividade, podendo ser livremente regulamentados.

#### 7. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade... Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles...

Hannah Arendt

A filósofa Hannah Arendt, em seu livro *As Origens do Totalitarismo*, aborda a trágica realidade daqueles que, com os eventos da II Guerra Mundial, perderam não apenas seu lar, mas a proteção do governo. Com isso, ficaram destituídos de seus direitos e, também, sem a quem pudessem recorrer.

Diante disso, Hannah Arendt afirma que, antes de todos os direitos fundamentais, há um primeiro direito a ser garantido pela própria humanidade.

Assinale a opção que o apresenta.

- (A) O direito à liberdade de consciência e credo.
- (B) O direito a ter direitos, isto é, de pertencer à humanidade.
- (C) O direito de resistência contra governos tiranos.
- (D) O direito à igualdade e de não ser oprimido.

#### 8. FGV - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo

lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

9. FGV - AS (SEMSA Manaus)/Pref Manaus/Agente Comunitário de Saúde/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos e as garantias fundamentais individuais e coletivos, descritos corretamente a seguir, à exceção de um.

Assinale-o.

- (A) O Brasil, em regra, veda a pena de morte, mas a admite em caso de guerra externa declarada.
- (B) A liberdade de consciência e de crença é inviolável sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) A liberdade de expressão livre de censura permite a divulgação de opiniões agressivas à honra de terceiros, sem punição.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mas se exige prévio aviso à autoridade competente.
- (E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

10. FGV - Ag Sg Pen (DEPEN MG)/DEPEN MG/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Maria, servidora pública estadual com remuneração de 15 mil reais, necessita averbar seu tempo de contribuição na iniciativa privada junto ao órgão estadual onde está lotada. Necessita também cadastrar seu marido como seu beneficiário junto ao mesmo órgão.

A fim de esclarecer essas situações de interesse pessoal, requereu certidão de tempo de contribuição ao INSS, bem como requereu nova via de sua certidão de casamento junto ao delegatário do Registro Civil de Pessoas Naturais (cartório extrajudicial).

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal de 1988, Maria

- (A) terá que recolher taxa para a expedição de ambas as certidões.
- (B) terá que recolher taxa apenas para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS.
- (C) terá que recolher taxa apenas para a expedição de uma nova via de sua certidão de casamento.

(D) terá que requerer gratuidade para a expedição da certidão de tempo de contribuição pelo INSS, a ser concedida mediante ato discricionário do chefe da repartição.

(E) não terá que recolher taxa para a expedição das certidões.

11. FGV - JL (TJ GO)/TJ GO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Muito se discutiu, em sede doutrinária e jurisprudencial, acerca do status normativo dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

Atualmente, em face da disciplina constitucional da matéria e da jurisprudência pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia equivalente à da lei ordinária federal, como todos os demais tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro;
- (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem status supraconstitucional, haja vista a necessidade de o Estado cumprir o pactuado no plano internacional em matéria de direitos humanos, independentemente da adequação constitucional interna;
- (C) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia de norma constitucional, pois a cláusula de abertura constante do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988 estabelece textualmente que os direitos e garantias expressos naquele dispositivo não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais;
- (D) aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aplica-se a teoria do duplo estatuto, isto é, aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da Constituição da República de 1988 têm natureza constitucional, enquanto todos os demais ostentam status supralegal, estando abaixo da referida Constituição, porém acima da legislação interna;
- (E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo rito comum são normas materialmente constitucionais, na forma do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988, enquanto aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da referida Constituição reputam-se normas material e formalmente constitucionais, o que os torna insuscetíveis de denúncia e parte integrante do núcleo pétreo da Lei Fundamental.

### 3. FGV - AFFC (CGU)/CGU/CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em janeiro de 2022, João, agente público federal, no exercício da função pública, concedeu benefício administrativo à sociedade empresária Alfa, sem a observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie. O Ministério Público Federal instaurou inquérito civil para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa e João se manifestou no bojo desse procedimento investigatório alegando e provando que a concessão do benefício administrativo decorreu de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência.

De acordo com o texto atual da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021), é correto afirmar que:

(A) foi praticado ato de improbidade administrativa ao menos culposo, mesmo diante da alegação e provação de que a concessão do benefício administrativo decorreu de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência;

(B) foi praticado ato de improbidade administrativa pela sociedade empresária Alfa, que se beneficiou do ato ilícito e, na sua responsabilização, deverão ser desconsiderados os efeitos econômicos e sociais das sanções;

(C) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores da sociedade empresária Alfa respondem por ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, mesmo se não tiver havido participação e benefícios diretos;

(D) as sanções da Lei de Improbidade se aplicariam à sociedade empresária Alfa, mesmo se o ato de improbidade administrativa também fosse sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846/2013;

(E) não configura improbidade o ato praticado por João, porque decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

### 4. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Pedro, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, de forma dolosa, permitiu e concorreu para que a pessoa jurídica privada, sociedade empresária Beta, que atua no ramo de vigilância patrimonial, utilizasse bens consistentes em armas e munições da delegacia de polícia onde

está lotado, ao arrepio da lei. Em troca do ato ilícito, Pedro recebia uma mesada mensal, isto é, propina de dez mil reais todo dia primeiro de cada mês.

No caso em tela, além de gerar a responsabilização de Pedro por ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (com as alterações da Lei nº 14.230/21) dispõe que os sócios e os diretores da pessoa jurídica de direito privado

(A) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica a quaisquer particulares, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, o regime jurídico previsto na lei de improbidade;

(B) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica aos particulares pessoas físicas o regime jurídico previsto na lei de improbidade.

(C) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, independentemente de terem participação e benefícios diretos, bem como de ter ocorrido prejuízo ao erário.

(D) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem participação e benefícios diretos, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.

(E) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

### 5. FGV - OAB UNI NAC/OAB/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Em janeiro de 2022, João, na qualidade de Secretário de Educação do município Alfa, de forma culposa, praticou ato que causou lesão ao erário municipal, na medida em que permitiu, por negligência, a aquisição de bem consistente em material escolar por preço superior ao de mercado. O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de João, imputando-lhe a prática de ato omissivo e culposo que ensejou superfaturamento em prejuízo ao Município, bem como requereu a condenação do Secretário Municipal a todas as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

Após ser citado, João procurou você, como advogado(a), para defendê-lo. Com base na Lei nº 8.429/92 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21), você redigiu a contestação, alegando que, atualmente, não mais existe ato de improbidade administrativa

(A) omissivo, pois a nova legislação exige conduta comissiva, livre e consciente do agente, caracterizada por um atuar positivo por parte do sujeito ativo do ato de improbidade, para fins de caracterização de ato ímprobo.

(B) culposo, pois a nova legislação exige conduta dolosa para todos os tipos previstos na Lei de Improbidade e considera dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, não bastando a voluntariedade do agente.

(C) que cause simplesmente prejuízo ao erário, pois é imprescindível que o sujeito ativo do ato de improbidade tenha se enriquecido ilicitamente com o ato praticado, direta ou indiretamente.

(D) que enseje mero dano ao erário, pois é imprescindível que o sujeito ativo do ato de improbidade tenha também atentado contra os princípios da administração pública, direta ou indiretamente.

#### 6. FGV - AJ TRT16/TRT 16/JUDICIÁRIA/GRADUAÇÃO EM DIREITO/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

Inês, estudiosa do direito administrativo, questionou sua professora a respeito da possibilidade, ou não, de uma pessoa jurídica ser considerada sujeito ativo do ato de improbidade administrativa.

À luz dos balizamentos estabelecidos na Lei nº 8.429/1992, Inês foi corretamente esclarecida no sentido de que a pessoa jurídica

(A) somente pode figurar como terceiro caso tenha concorrido ou se beneficiado do ato, não como sujeito ativo.

(B) somente pode figurar como sujeito ativo, em caráter sequencial, caso um dos seus dirigentes seja previamente condenado pela prática do ato.

(C) pode figurar como sujeito ativo, desde que solicitada e deferida a desconsideração inversa da personalidade jurídica, considerando o ato praticado pelo seu sujeito ativo.

(D) pode figurar como sujeito ativo se recebeu recursos de origem pública, ao celebrar, com a administração pública, convênio, contrato de repasse, contrato de gestão ou ajuste equivalente.

(E) sempre figurará como sujeito ativo do ato quando tiver celebrado contrato administrativo com a administração pública ou mesmo ajuste que caracterize convergência de interesses entre ambos.

#### 7. FGV - TJ TRT16/TRT 16/ADMINISTRATIVA/QUALQUER ÁREA/2022

Assunto: Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º-A da Lei nº 8.429/1992)

A organização social Alfa celebrou contrato de gestão com a União, para desenvolver determinado projeto de interesse público, havendo a correlata transferência de recursos públicos para a realização desse objetivo. Por ocasião da análise da prestação de contas, foi detectado que parte dos recursos havia sido desviada no âmbito da administração interna de Alfa.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/1992, que busca coibir os atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que o desvio dos recursos públicos

(A) não configura improbidade administrativa, pois não há um agente público envolvido.

(B) não configura improbidade administrativa, pois o desvio de recursos públicos configura o crime de peculato.

(C) configura improbidade administrativa, devendo a organização social Alfa figurar como sujeito ativo do ato.

(D) somente irá configurar improbidade administrativa se restar demonstrando o conluio da organização Alfa com algum agente público.

(E) configura improbidade administrativa, devendo os gestores da organização social Alfa figurar como sujeitos ativos do ato, não a referida organização.

#### 8. FGV - INSP POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Mário, inspetor de polícia Civil do Estado Alfa, está lotado na Xª Delegacia de Polícia há mais de dez anos. Com o objetivo de aumentar ilicitamente sua renda mensal, Mário recebia, mensalmente, vantagem econômica direta consistente em R\$ 5.000,00, para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar.

De acordo com a tipologia da Lei nº 8.429/1992, Mário cometeu ato de improbidade administrativa que:

(A) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, após o devido processo administrativo, a sanções como, por exemplo, perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos;

(B) importou enriquecimento ilícito e está sujeito, após o devido processo judicial, a sanções como, por exemplo, perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos;

(C) causou prejuízo ao erário e está sujeito, após o devido processo administrativo, a sanções como, por exemplo, perda da função pública, multa civil e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até oito anos;

## 3. FGV - JE TJPE/TJ PE/2022

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Em uma cidade do Estado de Pernambuco, a concessão do serviço de transporte se tornou deficitária e desequilibrada no último biênio do contrato, instaurando uma situação de conflito entre as concessionárias, o poder público e os usuários, que passaram a ficar desatendidos. Diante de uma situação dessa natureza, as partes interessadas consideram que o meio mais adequado para a solução desse conflito não seria a judicialização.

Quanto a essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa jurídica de direito público não poderá participar de mediações extrajudiciais fora do âmbito dos tribunais, pois o interesse público é indisponível e não pode ser objeto de transação;
- (B) a submissão do conflito à mediação extrajudicial demanda a resolução integral da questão, não podendo as partes fracionar o conflito;
- (C) a instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública não suspende a prescrição;
- (D) conflitos que versem sobre o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares podem ser objeto de mediação perante as câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos;
- (E) eventual acordo firmado entre a administração pública e o particular no âmbito das câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, ainda que envolva direitos disponíveis, demanda homologação judicial para ter força de título executivo extrajudicial, por envolver o interesse público.

## 4. FGV - JE TJPR/TJ PR/2021

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

Após mais de duas décadas de parceria na condução de obras e reformas, diante da necessidade de renovar mais uma vez o contrato no ano de 2016, as empresas Tudo Azul em Obras Ltda. e Construção Quero Outro Bem Ltda. decidiram atualizar algumas cláusulas do contrato, à luz do CPC/2015 e da Lei nº 13.140/2015. Assim, além da cláusula de eleição de foro, restou pactuada cláusula de mediação extrajudicial prévia obrigatória ao ajuizamento de qualquer ação judicial, assim como pacto de impenhorabilidade, de forma que cada uma das empresas parceiras indicou um bem como impenhorável. As partes ainda ajustaram que, em caso de prova pericial, não poderiam indicar assistentes técnicos. Com a crise econômica decorrente da pandemia do novo Coronavírus, as partes se depararam com alguns impasses na parceria, que não puderam ser resolvidos amigavelmente. Diante disso, a Construção Quero Outro Bem Ltda. convidou a Tudo Azul em Obras Ltda. para sessão de mediação extrajudicial, em estrito cumprimento

ao contrato. Como os ânimos já estavam acirrados entre os parceiros, a Tudo Azul em Obras Ltda., confiante de que tinha razão no objeto litigioso, optou por não comparecer à sessão de mediação e resolveu aguardar a citação para eventual ação judicial. A ação foi proposta por Construção Quero Outro Bem Ltda. em face de Tudo Azul em Obras Ltda. Após a realização de perícia técnica, a sentença julgou improcedentes os pedidos formulados, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de procedimento voluntário, norteador pelo princípio da autonomia da vontade, Tudo Azul em Obras Ltda. tinha o direito de recusar o convite para a sessão de mediação, sem qualquer ônus;
- (B) o princípio da autonomia da vontade não afasta o dever de comparecer à primeira sessão de mediação, mas a aplicação de eventual penalidade depende de previsão específica na cláusula que estabeleceu a mediação extrajudicial prévia;
- (C) a sentença deve ser reformada, ao menos no que diz respeito ao capítulo dos ônus sucumbenciais, pois a Tudo Azul em Obras Ltda. deve arcar com o pagamento de metade desse valor a título de penalidade pelo não comparecimento à primeira reunião de mediação;
- (D) a sentença não merece qualquer reparo, pois os princípios da independência e da confidencialidade aplicados à mediação extrajudicial impedem que o Judiciário aplique qualquer penalidade;
- (E) em caso de apelação, a Construção Quero Outro Bem Ltda. ficará dispensada do pagamento de 50% das custas recursais, por ter comprovado a tentativa de mediação extrajudicial.

## 5. FGV - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2021

Assunto: Lei nº 13.140/2015 - Mediação

João e Maria, casados sob o regime de comunhão parcial de bens e sem filhos, decidem se divorciar. Porém, o casal firmou pacto pré-nupcial em cartório, estabelecendo que, em caso de separação, não poderiam requerer imediatamente o divórcio, devendo aguardar o prazo de seis meses e, não havendo reconciliação, estariam obrigados a se submeter à mediação extrajudicial antes de requerer medidas judiciais ou extrajudiciais para concretizar o divórcio. Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- (A) caso Maria concorde em respeitar o prazo pactuado, mas se recuse a participar da sessão de mediação com João, a vontade de Maria deve ser respeitada, pois a autonomia da vontade das partes deve ser aferida no momento da realização do ato, sob pena de subverter os princípios norteadores da mediação;
- (B) o acordo firmado entre as partes viola o princípio constitucional de acesso à justiça, o que macula todos os seus termos, incluindo o prazo e a necessidade de

as partes se submeterem à mediação extrajudicial, pois não se admitem condicionantes para acesso ao Poder Judiciário;

(C) João e Maria estão vinculados aos termos do pacto pré nupcial, sendo obrigados a cumprir o prazo de seis meses e a comparecer a, ao menos, uma sessão de mediação extrajudicial como condição para procurarem o Poder Judiciário ou um cartório para formalizar o divórcio;

(D) o acordo não pode ser considerado válido quanto à previsão de mediação extrajudicial, diante da ausência de previsão contratual completa em relação aos prazos, local, critérios de escolha do mediador e penalidade em caso de não comparecimento da parte à primeira reunião de mediação;

(E) caso João opte por não observar os termos do acordo pré nupcial e ingresse com divórcio judicial, o juiz da causa, ao tomar ciência da existência desse instrumento, deverá julgar desde logo extinto o feito, sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir do autor.

**GABARITO**

1	C
2	E
3	D
4	C
5	C

**ANOTAÇÕES**

(E) não é possível a aplicação das agravantes genéricas do Art. 61, inciso II, do Código Penal, pois, em se tratando de crime culposo, em que o resultado morte decorre de negligência, não há qualquer compatibilidade.

5. FGV - INV POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285 do CP)

Leonardo, médico lotado em grande hospital particular, passou a ser responsável pela ala de pacientes infectados com Covid-19. Todavia, em que pese a determinação das autoridades sanitárias, Leonardo não submetia às instâncias competentes qualquer informação quanto ao número de infectados, bem como do quadro de tais pacientes, a despeito do número elevado de portadores da doença que foram por ele atendidos.

Um familiar de um dos pacientes apresentou notícia-crime em sede policial narrando tais fatos. Diante disso, o delegado determinou a instauração de inquérito policial.

A imputação que melhor se amolda à conduta de Leonardo seria

- (A) Epidemia (art. 267 do CP).
- (B) Perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do CP).
- (C) Prevaricação (art. 319 do CP).
- (D) Omissão de notificação de doença (art. 269 do CP).
- (E) Desobediência (art. 330 do CP).

6. FGV - ADV (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021

Assunto: Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285 do CP)

Paulo, engenheiro, afirma ter descoberto a cura do câncer. Para tanto, vai até a porta de um hospital especializado no tratamento da doença, no dia 5 de outubro de 2021, e entrega gratuitamente a 50 pacientes uma substância líquida em pequenos vidros. A todos, ele afirma não poder dizer a composição, uma vez que ela é secreta, afirmando, no entanto, que os estudos por ele desenvolvidos apontam no sentido de que a substância é infalível, ou seja, o percentual de cura chega a 100% dos pacientes.

Em conversa gravada com uma pessoa próxima, Paulo afirma que estava surpreso com a credulidade das pessoas, uma vez que não havia nenhuma propriedade curativa na substância por ele divulgada como milagrosa e capaz de curar a doença.

Com a divulgação do vídeo, a polícia instaura procedimento investigativo para apurar a conduta de Paulo. Com base nas informações apresentadas, é possível afirmar que Paulo poderá ser acusado pela prática do crime de

- (A) exercício ilegal da medicina, uma vez que o desenvolvimento e a entrega de substâncias medicinais são atividades exclusivas de médico e Paulo é engenheiro.

(B) curandeirismo, uma vez que Paulo estaria exercendo a arte de curar por meio de métodos grosseiros e não científicos, pouco importando o fato de ele ter praticado a conduta apenas naquela data, na medida em que o crime é instantâneo.

(C) charlatanismo, na medida em que estaria prometendo a cura por meio secreto e infalível com a consciência de que a promessa feita era inócua.

(D) estelionato, na medida em que apesar de não cobrar pela substância e não causar prejuízo econômico às vítimas, isso não é suficiente para afastar o crime.

(E) charlatanismo e estelionato em concurso formal, na medida em que além da promessa de cura ele teria enganado as pessoas, o que é suficiente para a configuração do estelionato, pouco importando a não obtenção da vantagem econômica.

7. FGV - ESC POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Otávio, conhecido criminoso, é encontrado, durante cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em sua residência, de posse de 10 folhas de cheque falsificadas, todas em nome do BANCO AZUL, sendo certo que todas foram feitas em sua casa, a partir de seu computador pessoal.

Com relação à conduta criminosa de Otávio é correto afirmar que responderá pelo crime de

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsificação de documento público.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) uso de documento falso.
- (E) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.

8. FGV - OF (PM RJ)/PM RJ/2021

Assunto: Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Carlos, 18 anos de idade, pretendendo participar de uma festa em que era proibida a entrada de menores de 21 anos, cola um papel com ano de nascimento diverso do real em uma xerox do seu documento de identidade que mantinha em sua residência. Após a colagem da data de nascimento, que indicaria falsamente que teria 22 anos, Carlos faz nova fotocópia, dessa vez já nela constando a alteração em relação à data de nascimento.

Uma semana após, Carlos comparece ao evento pretendido e apresenta ao segurança particular a fotocópia da carteira de identidade, que não estava autenticada, com a data de nascimento diversa da real. O segurança, todavia, acionou policiais militares, desconfiando da autenticidade do documento apresentado.

Carlos foi denunciado pelos crimes de falsificação de documento público e uso de documento público falso em concurso material. Com base apenas na situação apresentada, a defesa de Carlos, sob ponto de vista técnico, poderá buscar

- (A) o reconhecimento do crime único de uso de documento público falso.

(B) o reconhecimento do crime único de uso de documento particular falso.

(C) a absolvição, diante da atipicidade decorrente do material utilizado.

(D) a desclassificação para os crimes de falsificação de documento particular e uso de documento particular, em concurso material.

(E) a desclassificação para os crimes de falsificação de documento particular e uso de documento particular, em continuidade delitiva.

#### 9. FGV - AFTE (SEFAZ AM)/SEFAZ AM/2022

Assunto: Falsificação de Documento Particular (art. 298 do CP)

Tiago foi denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de falsificação de documento particular (Art. 298 do Código Penal) e estelionato (Art. 171 do Código Penal), em concurso material (Art. 69 do Código Penal), por ter protocolizado pedido de restituição e declaração de compensação de tributos junto à Administração Fazendária, buscando auferir saldo de compensação de créditos inexistentes, cujo valor seria superior àquele dos débitos de sua empresa.

Nesse caso, com relação ao crime de falsificação de documento particular imputado, é correto afirmar que

(A) trata-se de um crime autônomo que é sempre punível.

(B) trata-se de um crime-fim que é sempre punível.

(C) trata-se de um crime-meio que é sempre punível.

(D) trata-se de um crime-meio, que é punível se o crime-fim também o for.

(E) trata-se de um crime-meio, que é punível se ele não se exaurir no crime-fim, não sendo por este absorvido.

#### 10. FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022

Assunto: Falsidade Ideológica (art. 299 do CP)

Quanto ao crime de falsidade ideológica, assinale a afirmativa correta.

(A) O elemento “devia constar” é elemento normativo do tipo, que pode converter-se em lei penal em branco se o dever for legal.

(B) Não é possível a configuração do delito na modalidade crime omissivo.

(C) Na inserção indireta, a terceira pessoa deve ter conhecimento de que confecciona o documento de maneira falsa.

(D) No caso de concurso de pessoas, é possível que um agente responda por inserir e, outro, por fazer inserir.

(E) O delito é despido de especial de agir, bastando a declaração de conteúdo falso.

#### 11. FGV - AJ TRT16/TRT 16/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2022

Assunto: Certidão/Atestado Ideologicamente Falso e Falsidade Material de Atestado/Certidão (art. 301 do CP)

Antônio, Oficial de Justiça, com vontade livre e consciente, ao cumprir mandado de penhora, avaliação e intimação, certificou falsamente, em razão de sua função pública, fato que habilitou o executado Jorge a obter vantagem, consistente em ocultar bens penhoráveis, na medida em que Antônio falsamente certificou que não havia qualquer bem a ser penhorado.

Assim agindo, Antônio praticou

(A) infração penal de certidão ideologicamente falsa.

(B) infração penal de falsidade material de certidão.

(C) crime de abuso de autoridade.

(D) crime de falsificação de documento público.

(E) crime de falsificação de papéis públicos

#### 12. FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022

Assunto: Funcionário Público para Fins Penais (art. 327 do CP)

De acordo com o Art. 327, §2º, do Código Penal, “A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”.

Na hipótese dos agentes que se enquadram na situação do Art. 327, §1º, do Código Penal (“Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública”), a mencionada causa de aumento de pena:

(A) não deve incidir, pois os próprios elementos do tipo não podem ser utilizados para majoração da pena;

(B) deve incidir, desde que o agente tenha praticado o fato no exercício do cargo;

(C) não deve incidir, pois a majoração da pena fica reservada para quem é ocupante de cargo efetivo;

(D) deve incidir, desde que o agente permaneça no exercício do cargo quando do julgamento;

(E) não deve incidir, pois a majoração da pena destina-se a quem já ocupava cargo distinto daquele em comissão.

(B) poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, já que tecnicamente primário e de bons antecedentes, além de ser possível aplicação do instituto com base na pena prevista abstratamente;

(C) não poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, pois não se trata de infração de menor potencial ofensivo, apesar de não haver vedação pelo fato de responder a outras ações penais;

(D) não poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, pois responde a outras ações penais e em razão de a pena máxima do delito ultrapassar 4 anos de reclusão;

(E) poderá oferecer proposta de suspensão condicional do processo, apesar de portador de maus antecedentes, já que a pena mínima prevista para o delito é de 1 ano.

#### 5. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

As infrações penais de menor potencial ofensivo devem, preferencialmente, ser processadas e julgadas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. A Lei nº 9.099/1995, no entanto, fixa duas hipóteses expressas em que o fato poderá ser apurado no Juízo Criminal Comum, quais sejam:

(A) não ser o acusado encontrado para ser intimado ou a infração penal ter sanção que exige instrução criminal para a sua imposição;

(B) complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia ou não ser o acusado encontrado para ser citado;

(C) multiplicidade de autores do fato, por condutas praticadas em concurso de pessoas, ou quando o fato apurado demandar a realização de perícia complexa;

(D) elevada ofensividade e repercussão em concreto da conduta ou impossibilidade de localização do autor do fato para intimação dos atos processuais;

(E) duração excessiva da instrução processual, sem justa causa, ou quando houver conexão entre a infração penal comum e a de menor potencial ofensivo.

#### 6. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Em relação à Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

(A) os institutos despenalizadores aplicam-se aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, por expressa determinação legal;

(B) o âmbito de incidência legal dos institutos despenalizadores não ultrapassa os limites formais e orgânicos dos Juizados Especiais Criminais;

(C) crimes eleitorais que contam com um sistema punitivo especial não admitem a aplicação dos institutos despenalizadores;

(D) aos crimes praticados com violência doméstica ou familiar contra a mulher, é possível a aplicação da suspensão condicional do processo;

(E) a Lei Anticrime estendeu a aplicação do juiz das garantias aos procedimentos especiais, incluindo a Lei dos Juizados Especiais Criminais.

#### 7. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Na audiência, realizada no âmbito do Juizado Especial Criminal (JeCrim), em que foi efetivada uma transação penal, Luzia é orientada a comparecer ao Núcleo Psicossocial da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) para receber orientação sobre o cumprimento da medida. O momento mais adequado para a equipe buscar romper a resistência com que Luzia pode chegar para o cumprimento é o primeiro contato, ocasião em que a equipe deve buscar uma visão integral da pessoa, contribuindo para construir uma relação e rotina capazes de orientar o acompanhamento da transação. Esse procedimento da rotina de acompanhamento às medidas alternativas é chamado de:

(A) encaminhamento pelo Judiciário;

(B) estudo de caso;

(C) gestão de informação;

(D) retornos/atendimento de rotina;

(E) acolhimento e elaboração da medida.

#### 8. FGV ÓRGÃO: TJ-RO PROVA: FGV - 2021

Milton, pessoa em alternativa, procurou a equipe do Núcleo Psicossocial da VEPEMA a fim de receber orientações sobre o cumprimento da medida de prestação pecuniária proveniente de transação penal proposta no âmbito do Juizado Especial Criminal (JeCrim). Em estudo psicossocial realizado naquela central de acompanhamento de medidas alternativas, ficou constatado que Milton não tem capacidade econômica para arcar com a medida. Nesse caso, o(a) pedagogo(a) que está responsável pelo atendimento poderá solicitar ao juiz da execução:

(A) a prisão da pessoa em alternativa;

(B) a isenção do cumprimento da medida;

(C) a designação de uma audiência para instrução e julgamento;

(D) a suspensão condicional da pena;

(E) a conversão da medida por outro tipo.

#### 9. FGV ÓRGÃO: IMBEL PROVA: FGV - 2021

Marcos, funcionário público estadual, é investigado pela prática do crime de patrocínio de contratação indevida, por instaurar licitação, em junho de 2021, com o objetivo de favorecer os interesses de uma empresa privada junto à Administração Pública.

Descoberto o patrocínio irregular, a licitação vem a ser invalidada pelo poder público. Assim é que, concluídas as investigações, sem que o funcionário admita o cometimento da infração, o Ministério Público oferece denúncia imputando a Marcos a prática do crime descrito no Art. 337-G do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº

14.133/21. A pena cominada ao delito em questão é de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa. Considerando apenas os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caberia proposta de transação penal, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- (B) Caberia proposta de suspensão condicional do processo por dois a quatro anos, mesmo que o crime não seja de menor potencial ofensivo, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.
- (C) Não caberia nem a transação penal nem a suspensão condicional do processo, já que o crime em questão não é de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- (D) Caberia, no caso, a suspensão condicional do processo, pelo período de dois a quatro anos, pois a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é inferior a quatro anos.
- (E) Embora não caiba a transação penal, seria admissível a suspensão condicional do processo por um a três anos, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.

10. FGV ÓRGÃO: PC-RN PROVA: FGV - 2021

A Lei nº 9.099/1995 dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais, próprios para o julgamento dos delitos de menor potencial ofensivo, prevendo regramento e institutos próprios. De acordo com a referida legislação e outras subsequentes:

- (A) os crimes de menor potencial ofensivo sempre serão julgados no Juizado Especial Criminal;
- (B) caberá recurso de apelação contra a decisão que rejeitar a denúncia;
- (C) não será possível a suspensão condicional do processo quando não oferecida ou aceita a transação penal;
- (D) a sentença deverá, obrigatoriamente, conter relatório, fundamentação e parte dispositiva;
- (E) consideram-se infrações de menor potencial ofensivo aquelas em que a pena máxima não é superior a dois anos e não possuem a elementar violência ou grave ameaça à pessoa.

### GABARITO

1	D
2	C
3	B
4	A
5	B
6	C
7	E
8	E
9	B
10	B

### ANOTAÇÕES

